

ESTADO DE SANTA CATARINA  
OFÍCIO DO REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE CORONEL FREITAS/SC  
Katherine Scherer Clarinda - Oficiala Registradora

USUCAPIÃO JUDICIAL (Art. 871 a 874 do CNGFE/SC)
DOCUMENTOS NECESSÁRIOS
1. <b>Caso seja necessária a ABERTURA DE MATRÍCULA nesta Serventia</b> , apresentar a certidão de inteiro teor, ônus e ações reais reipersecutórias relativas ao imóvel.
2. <b>Sentença ou decisão</b> a ser cumprida;
3. <b>Certidão de trânsito em julgado</b> , ou que conste essa informação no Mandado, quando for o caso, podendo tal informação ser obtida através do Eproc, ou outro sistema que o substitua;
4. <b>Petição inicial</b> contendo as informações sobre o imóvel e as partes;
5. <b>Cópia dos documentos pessoais de identificação pessoal</b> para a correta indicação <b>do proprietário</b> , em atenção ao artigo 706 e 713 do CNGJ/SC;
6. Quando as peças não estiverem autenticadas pelo chefe de cartório, ou servidor designado, deverá ser <b>fornecida chave de acesso aos autos para que o oficial confira a sua validade e autenticidade</b> dos documentos (artigo 844, § 3º do CNGJ/SC);
7. Caso o reconhecimento verse sobre imóvel rural, <b>a descrição do imóvel deve ser georreferenciada</b> pelo Sistema Geodésico Brasileiro com precisão posicional a ser estabelecida em ato normativo, inclusive em manual técnico expedido pelo INCRA, com a correspondente <b>certificação expedida pelo INCRA para a área objeto do título</b> ;
8. Caso requerente/proprietário seja beneficiário da gratuidade da justiça, deverá ser comprovado com a apresentação da sentença em que reconheceu o benefício.
EMOLUMENTOS DEVIDOS PARA USUCAPIÃO JUDICIAL
De acordo com a Lei Complementar n. 755/2019 do Estado de Santa Catarina, a cobrança dos emolumentos para o ato de registro se dá com base no item 2.2, e para atos de averbação de especialidade objetiva ou subjetiva de acordo com o item 2.1, ambos da Tabela III - Atos do Oficial de Registro de Imóveis.